

6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro referentes ao exercício de 2021 estão publicadas no sítio eletrônico do TRE-RJ, menu Transparência/Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Informações Gerais

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (UG 070017) é um órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário da União e cuida da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.). É composto de sete juízes: dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ-RJ); dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo TJ; um juiz do Tribunal Regional Federal (TRF – 2ª Região); e dois juízes nomeados pelo presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça (art. 120 da CF/1988). A sede do Tribunal está localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 194 e 198, Centro – Rio de Janeiro. Sob sua jurisdição administrativa e financeira há 165 Zonas Eleitorais distribuídas por todo o Estado do Rio de Janeiro. Cada Zona Eleitoral é composta por um juiz de direito de primeiro grau de jurisdição da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, sendo algumas de suas atribuições: (i) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns, exceto o que for da competência originária do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais; (ii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; e (iii) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições. Os cartórios dos Juízos Eleitorais estão instalados em imóveis alugados de terceiros, em espaços alugados em *shopping centers*, em imóveis ou espaços cedidos por outros órgãos públicos e em imóveis próprios.

Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial, demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades. Essas informações foram organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001, e da Lei Complementar nº 101, de 2000. Atendem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial. Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Os estoques são destinados à utilização própria do órgão no curso atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação das saídas de materiais do estoque é o do custo médio ponderado, conforme preceituam a Lei 4.320/64 (art. 106, III) e NBC T 16.10 (item 16).

Em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são registradas no ativo patrimonial as despesas antecipadas decorrentes de contratação de assinaturas de jornais, revistas, periódicos e de contratação de seguros de bens móveis e imóveis. As despesas antecipadas são amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

Em relação aos bens imóveis, o cadastro, a reavaliação e atualização dos valores são realizados a partir do sistema SpiuNET, criado pela Secretaria de Patrimônio da União, mediante o preenchimento de informações pela Seção de Gestão de Imóveis do TRE-RJ com base nos parâmetros de mercado e do sistema. A depreciação é efetuada pela STN nos termos da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que no art.

7º menciona ser apurada mensal e automaticamente pelo Método da Parábola de Kuentzle.

Os bens móveis são depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional, e seus respectivos valores são contabilizados mensalmente durante o exercício, adotando-se as taxas da Macrofunção 020343 – Bens Móveis. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é a das quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

O ativo intangível é composto pelas contas Software com Vida útil Indefinida e Software com Vida útil Definida., O método de amortização utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é das quotas constantes, disposto no item 13.1 da MACROFUNÇÃO 020330 Depreciação, amortização e exaustão. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e com a amortização correspondente.

Conforme aduzido no item da Nota 10, esta UPC não possui receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas orçamentárias para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto, um agente arrecadador.

As transferências financeiras são realizadas mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE por meio de sub-repasses.

Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Balanço Financeiro – BF;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

• Composição dos principais itens das Demonstrações Contábeis

Nota 1: Caixa e Equivalente de Caixa

Representam valores recebidos do Tribunal Superior Eleitoral, enquanto Órgão Setorial de Programação Financeira - OSPF, para pagamento de despesas ou aquisição de bens autorizados na Lei Orçamentária Anual durante o exercício de 2021 e de recursos referentes ao pagamento de Restos a Pagar. Não há saldo em moeda estrangeira. Não obstante o incremento de 0,98% no recebimento de recursos financeiros, o saldo final apresenta uma redução de 1,12% em relação ao ano anterior, corroborando a tendência da busca pela maximização da execução financeira de modo a não permitir a perda de orçamento em razão da regra do teto de gastos públicos.

Nota 2: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos a servidores de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, bem como créditos constituídos em favor do Tribunal, oriundos da apuração consolidada de todos os débitos e créditos em nome do servidor, por ocasião de sua desvinculação, aposentadoria ou falecimento. O item apresentou um aumento de 0,63% em 2020 e de 1,58% em 2021, haja vista a tendência do aumento de casos de falecimento de servidores ativos e inativos durante o período da pandemia do COVID-19.

Nota 3: Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. O item sofreu um aumento significativo de cerca de 38%, tendo como principal causa a devolução ao estoque de materiais de consumo duráveis, classificados no subitem 17 – Material de Processamento de Dados, utilizados pelos Polos e Zonas Eleitorais no pleito de 2020.

Nota 4: Imobilizado

Segue composição do imobilizado para os anos de 2020 e 2021:

Imobilizado	31/12/2020	31/12/2021
Bens Móveis	44.711.582,68	62.244.046,03
(+) Valor Bruto Contábil	80.862.143,44	100.204.459,71
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-36.150.560,76	-37.960.413,68
Bens Imóveis	23.166.292,41	114.665.578,18
(+) Valor Bruto Contábil	27.844.567,87	120.683.782,36
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-4.678.275,46	-6.018.204,18
Total do Imobilizado	67.877.875,09	176.909.624,21

Os bens móveis em 31/12/2021 totalizam R\$ 62.244.046,03 e estão distribuídos na forma abaixo:

Conta	31/12/2020	31/12/2021
Equipamentos de TIC	62.593.321,79	81.054.707,12
Mobiliário em Geral	7.190.840,47	7.378.638,20
Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.234.083,42	3.826.377,77
Veículos	3.731.732,41	3.730.314,24
Máquinas e Equipamentos Energético	1.591.799,67	1.705.553,20
Demais bens móveis	2.520.365,68	2.508.869,18
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-36.150.560,76	-37.960.413,68
Total	44.711.582,68	62.244.046,03

Dos Bens Móveis do TRE-RJ, cerca de 81% referem-se a equipamentos de TI, 7% a mobiliário geral, 4% a aparelhos e utensílios domésticos e outros 4% a veículos.

O aumento do item Equipamentos se deveu, em grande parte, à reavaliação das urnas eletrônicas determinada pelo TSE, em contrapartida à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, por orientação da Setorial Contábil da Corte Superior.

Os Bens Imóveis da União registrados no TRE-RJ totalizam R\$ 114.665.578,18 em 31/12/2021, distribuídos na seguinte forma:

Conta	31/12/2020	31/12/2021
Bens de uso especial	26.586.392,36	119.412.182,48
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	842.788,76	842.788,76
Instalações	285.278,41	285.278,41
Estudos e Projetos	130.108,34	143.532,71
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-4.678.275,46	-6.018.204,18
Total dos imóveis	23.166.292,41	114.665.578,18

Os Bens de Uso Especial, destinados à atividade administrativa e prestação de serviço ao cidadão, representam aproximadamente 99% dos bens imóveis registrados na contabilidade.

A composição dos bens imóveis permanece qualitativamente inalterada, todavia, apresenta em 2021 um saldo cinco vezes maior em relação 2020, em decorrência da reavaliação dos imóveis registrados no SPIUNET,

propiciada pela unidade responsável pela gestão de imóveis do TRE-RJ, com base em serviço técnico especializado prestado por empresa contratada pelo Tribunal. O registro contábil da reavaliação é feito diretamente pela STN, com base nas informações constantes do sistema SPIUNET, cuja inserção está a cargo da referida unidade responsável pela gestão de imóveis. Dúvida existe sobre a evidenciação do imóvel da Sede no Ativo do TRE-RJ. Existe divergência entre o MCASP e o SPIUNET na conceituação do ativo. A SPU foi oficiada para dirimir a questão, ainda não respondida. A consolidação das movimentações nesse item do ativo podem ser melhor visualizadas no quadro abaixo:

Conta Contábil		Saldo Inicial	Movim. Devedor Acumulado	Movim. Credor Acumulado	Saldo Atual
123210101	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	5.215.002,26	27.095.231,85	176.234,11	32.134.000,00
123210102	EDIFICIOS	12.166.876,06	50.444.457,31	0,00	62.611.333,37
123210104	ARMAZENS/GALPOES	9.204.514,04	15.462.335,07	0,00	24.666.849,11
123210198	OUTROS BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	0,00	610.000,00	610.000,00	0,00
123210605	ESTUDOS E PROJETOS	130.108,34	13.424,37	0,00	143.532,71
123210700	INSTALACOES	285.278,41	0,00	0,00	285.278,41
123210800	BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	842.788,76	0,00	0,00	842.788,76
Totais:		27.844.567,87	93.625.448,60	786.234,11	120.683.782,36

Nota 5: Intangível

Do total do *Ativo Não Circulante*, o grupo *Intangível* representa menos de 2% e é composto pelas contas *Software com Vida útil Indefinida* e *Software com Vida útil Definida*, que apresentam em 2021 os respectivos saldos brutos de R\$ 3.103.260,26 e de R\$ 2.291.101,03. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis com a correspondente amortização. Estão em andamento dois processos que visam fazer um levantamento dos softwares que estejam efetivamente em uso e a sua adequada classificação contábil. Posteriormente, será providenciada a transposição dos registros contábeis para o referido módulo de controle de bens intangíveis.

Conta	31/12/2020	31/12/2021
Softwares Com Vida Útil Definida	2.214.901,03	2.291.101,03
Softwares Com Vida Útil Indefinida	3.207.686,59	3.103.260,26
Amortização Acumulada	-1.706.364,75	-2.229.901,06
Total do Intangível	3.716.222,87	3.164.460,23

Nota 6: Valores a Pagar

Em 31/12/21, cerca de 59% do passivo do TRE está relacionado a débitos de pessoal, sendo em sua maioria valores de férias a pagar, as quais são reconhecidas pelo regime de competência. A redução significativa das férias a pagar, em relação ao exercício de 2020, foi devido à ajuste no sistema de folha de pagamento que elabora os cálculo do duodécimo de férias.

Contas	31/12/2020	31/12/2021
Férias a pagar	21.842.348,85	3.031.320,82
Atrasados Devidos aos Servidores	1.277.258,99	1.106.087,09
Fornecedores	1.279.214,08	1.610.760,03
Valores Retidos de Fornecedores	327.256,54	693.475,28
Outros	616.045,48	540.020,96
Valor do Passivo	25.342.123,94	6.981.664,18

Nota 7: Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021, o TRE-RJ possuía o saldo de R\$ 50.574.753,29, referente a obrigação contratuais de parcelas de contratos que serão executados nos exercícios posteriores.

A seguir, apresenta-se a tabela com as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

Natureza dos Contratos	31/12/2020	31/12/2021
Seguros	1.867,42	0,00
Serviços	34.742.709,35	39.996.771,40
Aluguéis	3.486.743,46	10.259.076,51
Fornecimento de Bens	705.907,85	318.905,38
Total	38.937.228,08	50.574.753,29

Destacam-se dois contratos vigentes ao término do ano de 2021, que possuem valores expressivos: 1) contrato nº 29/2021, no montante de R\$ 5,88 milhões, referente à instalação do DATA CENTER; 2) contrato nº 59/2021, no valor total aproximado de R\$ 12 milhões, relativo à manutenção predial.

Ao término do exercício, as obrigações contratuais relacionadas aos serviços correspondiam a 79% do total dos compromissos assumidos pelo Tribunal.

Na tabela abaixo estão relacionados os dez maiores contratados, com os respectivos saldos a executar em 31/12/2021:

Empresa	Saldo a Executar
RENOV AR CONDICIONADO LTDA	12.497.744,09
GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA	5.887.623,96
IBS ADM DE SERVE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.956.003,51
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS - CONTRATO Nº 45/2021	1.799.577,94
SEGIL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1.780.922,44
CASA LIMPA DEDETIZADORA LTDA	1.546.373,19
OI S/A - EM RECUP. JUDICIAL	1.295.055,50
DATA CORPORA TELECOM	1.178.982,60
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS - CONTRATO Nº 14/2020	1.174.849,50
FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	1.101.621,17
Total:	30.218.753,90

Em relação aos valores do quadro acima, eles representam cerca de 60% do total do valor contratado. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- RENOV AR CONDICIONADO LTDA: prestação de serviços de manutenção predial e de equipamentos.
- GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA: execução dos para a instalação da nova Sala Modular Segura Certificada (DATA CENTER).
- IBS ADM DE SERVE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA: limpeza e conservação das zonas eleitorais da capital e região praiana.
- G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS - contrato nº 45/2021: manutenção e conservação das urnas eletrônicas de votação.
- SEGIL - VIGILÂNCIA E SEGURANCA LTDA: contrato de prestação de serviços de vigilância patrimonial e auxílio a segurança eletrônica.
- CASA LIMPA DEDETIZADORA LTDA: serviços de limpeza e conservação dos Cartórios Eleitorais, Polos de Urna fixos e Centrais de Atendimento ao Eleitor das regiões Metropolitana, Costa Verde e Médio Paraíba, Norte e Noroeste Fluminense, Centro Sul Fluminense e Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

- OI S/A - EM RECUP JUDICIAL: serviço telefônico fixo comutado - STFC, modalidade local.
- DATA CORPORE TELECOM: prestação de serviços de acesso dedicado a internet.
- G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS - contrato nº 14/2020: operação de postos de trabalho de estoquistas.
- FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: operação de postos de trabalho de carregadores e supervisor de carregadores para o Núcleo Administrativo do Caju e o imóvel da Av. Rodrigues Alves.

Nota 8: Demonstração das Variações Patrimoniais

As principais Variações Patrimoniais Aumentativas estão resumidas na tabela a seguir:

Conta	31/12/2020	31/12/2021
Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse).	567.360.672,11	557.152.814,29
Transferências financeiras recebidos para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária)	2.993.869,13	18.779.973,53
Multas administrativas	4.224.261,86	4.534.926,71
Reavaliação de Ativos	819.336,56	92.392.024,23
Outras VPAs	16.451.425,83	4.989.556,13
Total	591.849.565,49	677.849.294,89

As Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse) e as Transferências financeiras recebidas para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária) integram o item da VPA denominado Transferências Intragovernamentais e representam a maior parte dos ingressos.

Os valores a título de Multas Administrativas são, em grande maioria, relacionados ao descumprimento de Normas Eleitorais tais como: eleitor que não foi votar; mesário convocado que não trabalhou nas eleições e candidato multado por propaganda eleitoral irregular. Este valor é automaticamente repassado ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), previsto pela Lei nº 9.096/1995 e gerenciado pelo TSE.

A Reavaliação de Ativos se deveu a atualização dos bens imóveis efetuada no cadastro do SPIUNET, com registro automático na contabilidade do TRE-RJ.

As principais Variações Patrimoniais Diminutivas estão resumidas na tabela a seguir:

Despesas	31/12/2020	31/12/2021
Pessoal e Encargos	354.066.616,31	360.433.625,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	160.701.771,11	153.278.233,24
Uso de Material de Consumo	8.984.723,10	1.474.398,15
Serviços	46.954.059,90	33.335.853,73
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.014.720,87	10.532.278,89
Outras despesas	8.932.730,44	7.947.107,76
Total	591.654.621,73	567.001.496,92

As despesas de pessoal estão dentro do limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A diminuição da despesa total se deve ao fato de 2021 não ser ano eleitoral, o que acarreta na diminuição das despesas com materiais e serviços.

Nota 9: Restos a pagar (inclui a movimentação em 2021 de empenhos inscritos e reinscritos em restos a pagar dos últimos 5 anos)

a) Restos a Pagar não Processados

Verifica-se que foram liquidados R\$ 17.992.910,03 de RPNP inscritos, correspondendo a 53,67% de um montante inscrito de R\$ 33.525.060,03, sendo pagos R\$ 17.570.325,87 e cancelados R\$ 5.460.345,19. Com isso, permanece um saldo de R\$ 10.494.388,973.48 de RPNP inscritos em exercícios anteriores ao exercício de 2021. Destaca-se que tal inscrição é oriunda principalmente dos preparativos para as Eleições de 2020.

b) Restos a Pagar Processados

Observa-se que foram pagos R\$ 622.274,47 de RPP inscritos, correspondendo a 64,15% de um montante inscrito de R\$ 970.012,00, sendo cancelados R\$ 164.787,90. Esses cancelamentos foram ocasionados principalmente por prescrição das citadas inscrições. Sendo assim, permaneceu um saldo de R\$ 182.949,63 de RPP inscritos em exercícios anteriores a 2021.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, o TRE-RJ implementou diversos ajustes no acompanhamento da execução financeira do órgão com o objetivo de reduzir gradativamente o estoque da inscrição de restos a pagar.

Nota 10: Balanço Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 575.492.008,39, ocorre em função desta UPC não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas orçamentárias para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto, um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

No quadro atinente à Despesa percebe-se que há um aumento da "Dotação Inicial" para a "Dotação Atualizada" de R\$ 695.161,00, oriundo da abertura de créditos adicionais referentes à "Créditos Cancelados", conforme quadro da Receita "Previsão Atualizada". É importante notar que o órgão não arrecada receita e recebe recursos diretamente do Tesouro Nacional.

A coluna "Saldo da Dotação" referente à Despesas Correntes - Pessoal e Encargos Sociais apresenta saldo negativo de R\$ 164.168,33, em decorrência das descentralizações de crédito concedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE para as realizações de Eleições Suplementares nos municípios fluminenses de Carapebus, Santa Maria Madalena e Silva Jardim. Salienta-se que a aludida descentralização não sensibiliza a coluna da "Dotação Atualizada" da referida rubrica. Informa-se, por fim, que o valor total da coluna "Saldo de Dotação" apresenta saldo positivo no valor total de R\$ 1.626.488,61.

As diferenças aduzidas nas colunas "Dotação Inicial" e "Dotação Atualizada" das Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital - Investimentos, ocorreu em virtude das sobras orçamentárias contratuais decorrentes da pandemia da Covid-19 na rubrica de Outras Despesas Correntes, que possibilitaram a disponibilização de dotação orçamentária ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e a realocação de recursos para as despesas de capital, viabilizando principalmente a implementação do projeto DataCenter e aquisição de computadores para o TRE-RJ.

Nota 11: Passivo de Pessoal

Em abril de 2021, houve correção de mensuração na conciliação do passivo de pessoal do TRE-RJ, cuja incongruência foi detectada após o encerramento do exercício de 2020, no valor de R\$ R\$9.217.903,19. O ajuste afetou o Balanço Patrimonial (aumento nos grupos Obrigações Trab, Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo e Passivo Permanente, seguido de redução na conta Ajuste de Exercícios Anteriores). A conta de Passivo de Pessoal era conciliada com o Relatório SIGEPRO-PESSOAL, gerenciado pelo TSE e alimentado pelo setor que elabora a folha de pagamento do TRE-RJ. No entanto, desde de julho de 2021, o TSE não disponibiliza o sistema para atualização de informações. Dessa forma, os valores em 31/12/2021 foram conciliados com as informações obtidas diretamente ao responsável do setor de pagamento de pessoal do TRE-RJ.

Nota 12: Ajuste de Exercícios Anteriores.

No ano de 2021, a conta teve variação significativa de R\$19.304.973,42, iniciando o exercício em -R\$44.900,33 e terminando em R\$19.260.073,09, demonstrada abaixo:

Ajuste de Exercícios Anteriores 2021	
Saldo em 31/12/2020	(44.900,33)
<u>Aumentos</u>	
Baixa de passivo de pessoal pela conciliação	9.454.591,19
Baixa de férias a pagar	18.748.881,50
Devolução de material ao almoxarifado das Eleições 2020	3.157.937,59
Ganho na reavaliação das urnas eletrônicas	18.002.000,26
<u>Reduções</u>	
Correção do registro de passivo de pessoal com base no SIGEPRO-Pessoal	(9.217.903,19)
Duodécimo de férias de dezembro/2021	(2.159.585,38)
VPD de exercícios anteriores contabilizadas no presente exercício	(17.436.740,10)
Outras reduções	(1.244.208,45)
Saldo em 31/12/2021	19.260.073,09

A “Baixa de passivo de pessoal pela conciliação” e a “Correção do registro de passivo de pessoal com base no SIGEPRO-Pessoal” são explicados na Nota 11 – Passivo de Pessoal. A “Baixa de férias a pagar” foi devido à correção no sistema de folha de pagamento para cálculo do duodécimo de férias.

O ajuste relacionado ao item “VPD de exercícios anteriores contabilizadas no presente exercício” se deve ao registro da despesa posteriormente à ocorrência do fato gerador (liquidação de Restos a Pagar). Tais despesas ocorreram em anos anteriores, mas não puderam ser mensuradas no exercício em que foram geradas. A Macrofunção 020317 do Manual SIAFI, item 4.2.2.21, determina que não deverão ser lançadas obrigações com valores estimados no Sistema de Contas a Pagar – CPR. Dessa forma, ao obter o valor da obrigação de anos anteriores no presente exercício e contabilizá-las com Restos a pagar, tem a geração de Variação Patrimonial Diminutiva que não pertencente ao exercício. Dessa forma, procedeu-se à transferência da VPD para a Ajuste de Exercícios Anteriores.